

**SECRETARIA ESTADUAL DE CULTURA DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**



**25 e 26 de janeiro de 2024
Teatro do Prédio 40 da PUCRS**

EIXO 1: INSTITUCIONALIZAÇÃO, MARCOS LEGAIS E SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

► APRESENTAÇÃO DAS 10 PROPOSTAS ESTADUAIS

Eixo 1 – Proposta 1

Incentivar a criação de espaços culturais por meio da ocupação de locais já existentes e desativados, inclusive escolas, tendo em vista a capacidade de interiorização e descentralização desses educandários. Mobilizar os jovens de forma que eles possam vivenciar, resgatar e valorizar a cultura local, estadual e nacional, enfatizando eixos artísticos como a música, o teatro, a dança e as artes visuais, e garantindo o conhecimento tanto da cultura local, quanto da regional, nacional e internacional.

Eixo 1 – Proposta 2

Fortalecer a Política Cultura Viva em todos os Municípios, com os mesmos preceitos da Cultura Viva Nacional, instituída pela Lei n.º 13.018/2014, inclusive em relação aos Municípios com menos de 50.000 habitantes que tenham um único Ponto de Cultura.

Eixo 1 – Proposta 3

Tendo em vista a autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) de ampliação de recursos de renúncia fiscal para até R\$ 135 milhões, propor a equiparação dos recursos do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) com os da Lei de Incentivo à Cultura (LIC), bem como a ampliação e a desburocratização dos editais de fomento, financiamento e de coinvestimento. Repassar o recurso fundo a fundo, como forma de fortalecimento dos sistemas estadual e municipais.

Eixo 1 – Proposta 4

Simplificar as plataformas usadas pelo segmento cultural e buscar meios de levar formação até os agentes culturais, para que consigam compreender o processo, evitando-se o desperdício de recursos. Desenvolver junto às pequenas empresas um processo de conscientização sobre a importância de apoiar projetos culturais a partir dos programas já existentes - levando em consideração que nas cidades menores a grande maioria das empresas e comércios são de pequeno porte.

Eixo 1 – Proposta 5

Priorizar a padronização de indicadores culturais que possam ser aplicados pelos Municípios. Mapear a diversidade das expressões culturais existentes e ampliação dos Pontos de Cultura.

Registrar os agentes do setor cultural, por meio de vínculo com os Municípios – os quais terão o dever de mapear anualmente seus artistas -, para que se tenha um controle atualizado anualmente das atividades desenvolvidas no setor cultural do Estado.

Eixo 1 – Proposta 6

Garantir a aplicação de, no mínimo, 2% do orçamento estadual para a cultura como forma de acesso e a ampliação do acesso aos bens e produção cultural por meio do controle social previsto no Sistema Estadual de Cultura.

Eixo 1 – Proposta 7

Garantir que os cargos públicos ou comissionados dos departamentos de cultura sejam ocupados por pessoas qualificadas na área, com capacidade para conduzir e divulgar recursos e conceitos sobre a pauta da cultura de forma justa e democrática. Realizar concurso público para “técnicos de assuntos culturais”, municipais, estaduais e federal.

Eixo 1 – Proposta 8

Assegurar que os Municípios implementem seus Sistemas Municipais de Cultura e que esse seja um pré-requisito para o repasse de verbas estadual e federal.

Eixo 1 – Proposta 9

Garantir que as políticas públicas culturais usem como critério básico o benefício aos Municípios que possuem o CPF de forma regular: Conselho de Cultura, Plano Municipal de Cultura e Fundo Municipal de Cultura.

Eixo 1 – Proposta 10

Criar políticas para fortalecimento dos Conselhos de Cultura e fomento às diferentes manifestações culturais. Criar comissões que reúnam Município/Estado/União, fortalecendo vínculos e reforçando as responsabilidades de cada ente federado na elaboração de marcos regulatórios. Promover a participação da sociedade civil, fomentando as políticas inclusivas de cultura, assegurando a preservação e a valorização da cultura local e regional.

EIXO 2: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

► APRESENTAÇÃO DAS 10 PROPOSTAS ESTADUAIS

Eixo 2 – Proposta 1

Ampliar a representação social no debate, elaborando e implementando as políticas públicas para a cultura no Conselho Estadual de Cultura, reconhecendo e incluindo grupos socialmente excluídos desses espaços (como pessoas em situação de rua, comunidade LGBTQIA+, pessoas com deficiência, adolescentes, crianças, indígenas, negras e negros, idosas e idosos) e garantindo representações de regiões e territórios, e não apenas das linguagens culturais. Assegurar e instrumentalizar a participação destes grupos, facilitando seu acesso (transporte público gratuito, por exemplo) e a sua permanência nos espaços de discussão e implementação de políticas públicas da cultura. Fomentar a participação de caráter representativo e deliberativo do Conselho Estadual de Cultura.

Eixo 2 – Proposta 2

Garantir ações culturais de forma descentralizada, especialmente nas regiões com maiores dificuldades de acesso. Apoiar a formação, a manutenção e o desenvolvimento de entidades culturais descentralizadas. Ampliar a comunicação dos eventos culturais e incentivar a implementação de redes sociais como ferramentas de fomento e agregação de divulgação. Desburocratizar os editais, facilitando o acesso dos pequenos produtores culturais e dos agentes municipais de pequeno porte. Criar um sistema de fomento permanente de festivais de arte no interior do Estado.

Eixo 2 – Proposta 3

Democratizar o orçamento da Secretaria Estadual de Cultura com repasse de, no mínimo, 50% dos recursos do Estado para cultura, destinados às cidades do interior. Criar um Programa Estadual de Repasse direto do Fundo Estadual para os Fundos Municipais com critérios e atribuições pactuadas na Comissão Intergestores Bipartite. Desenvolver ações em conjunto na esfera municipal e estadual para fortalecer as políticas culturais, com a inclusão de plataformas digitais para auxiliar na desburocratização dos processos culturais a níveis municipais e estaduais.

Eixo 2 – Proposta 4

Garantir a aplicação de, no mínimo, 2% do orçamento estadual para a cultura como forma de ampliação do acesso aos bens e produção cultural por meio do controle social previsto no Sistema Estadual de Cultura.

Eixo 2 – Proposta 5

Reforçar e incluir no currículo escolar atividades relacionadas à cultura. Oferecer oficinas em contraturno com aulas de instrumentos e fomentar ações como o Projeto Escola Aberta, mobilizando todos os setores culturais e envolvendo a comunidade como um todo por meio de recursos recebidos do Governo Estadual.

Eixo 2 – Proposta 6

Garantir o aprimoramento da estrutura dos espaços artísticos culturais e mecanismos de fomento para o interior do Rio Grande do Sul de forma ampla e participativa. Reconhecer e manter centros culturais, com legislação específica, tendo como exemplo a Lei Cultura Viva, e novos centros nos diferentes territórios dos Municípios, utilizando metodologia circular e coordenados por lideranças comunitárias, com selo de acessibilidade da FADERS. Conceder uma pontuação extra de 5 pontos, independente da certificação Nacional, Estadual ou Municipal (onde houver), aos projetos apresentados pelos Pontos de Cultura dos Municípios menores de 20.000 habitantes, que tenham um único Ponto de Cultura, descentralizando os recursos visando à ampliação da participação social na cultura.

Eixo 2 – Proposta 7

Democratizar o acesso por meio da criação de uma plataforma de indicadores, como um mapa total da cultura dos Municípios, de forma que, por meio do mapeamento e inclusão, os recursos cheguem às áreas mais desprotegidas, colaborando também proporcionalmente com a divulgação e registro de Projetos Culturais. Divulgar as artes locais das comunidades em eventos maiores de turismo, agrofeiras, eventos de áreas diferentes que possam dar suporte e dar oportunidade para os setores culturais.

Eixo 2 – Proposta 8

Fomentar a participação social e o caráter representativo e deliberativo do Conselho Estadual de Cultura. Garantir a efetivação dos agentes culturais e suas entidades representativas da sociedade (OSCs) nos Conselhos Estadual e Nacional de Cultura e que estes tenham um orçamento que garantam a participação de seus integrantes nas reuniões/encontros/plenárias/fóruns/conferências dentro ou fora do Estado ou país.

Eixo 2 – Proposta 9

Desburocratizar os instrumentos de fomento e financiamento à cultura como forma de ampliação do acesso aos recursos públicos associados a um programa de formação permanente com busca ativa e garantia de participação popular nas regiões funcionais do Estado. Criar editais mais claros, simples e que permitam o pequeno produtor cultural. Oferecer formação para os agentes culturais.

Eixo 2 – Proposta 10

Implementar práticas de busca ativa e democrática nos processos de fomento, visando a fortalecer seus mecanismos e acessos. Para tal, garantir a atualização do Programa RS Seguro e da Política da Cultura Viva. Garantir o aprimoramento da estrutura dos espaços artísticos culturais e mecanismos de fomento para o interior do Rio Grande do Sul de forma ampla e participativa.

EIXO 3: IDENTIDADE, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

► APRESENTAÇÃO DAS 10 PROPOSTAS ESTADUAIS

Eixo 3 – Proposta 1

Capacitar os agentes envolvidos nas ações e projetos.

Eixo 3 – Proposta 2

Criar conexões para democratizar o acesso ao patrimônio e aos dados históricos por meio do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE), Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Criar canais de comunicação para orientação técnica em assuntos tangentes ao patrimônio, memória e identidade.

Eixo 3 – Proposta 3

Garantir mecanismos de fomento específicos para viabilizar projetos e ações de pesquisa e preservação do patrimônio cultural material e imaterial. Promover a capacitação de equipes locais, incentivando a criação de quadros técnicos, envolvendo a comunidade nos processos de elaboração dos inventários participativos, instruindo essas equipes na elaboração das legislações locais para preservação do patrimônio cultural.

Eixo 3 – Proposta 4

Constituir um programa de educação patrimonial nas cidades com atenção para a diversidade étnica nos diferentes bairros e territórios, como estratégia de escuta e convivência com as comunidades para a valorização, registro e preservação. Assegurar direito à pesquisa que contemple a produção simbólica, a diversidade cultural nos museus e espaços de memória para o desenvolvimento de ações educativo-culturais e formativas.

Eixo 3 – Proposta 5

Discutir a necessidade de avançar no uso e apropriação do Direito a Chancela da Paisagem Cultural, regulamentada pela Portaria n.º 127/2009. A partir da relação entre a Chancela da Paisagem Cultural, melhorar as condições de planejamento e ordenamento territorial bem como a proteção do Direito à Cultura tanto da população brasileira como de comunidades autóctones e dos territórios culturais das Comunidades Tradicionais de Agricultores e Pescadores da região litorânea do Rio Grande do Sul. De modo a instigar que a partir da escala local e regional, construir proposições de gestão integrada do espaço litorâneo para fins de proteção social, cultural e ambiental, salvaguardando referências culturais e patrimônios culturais materiais e imateriais. Adotar e implementar instrumentos de ordenamento territorial e planejamento de

Estado. Utilizar o pedido da Cancela da Paisagem Cultural para dar início a um processo democrático em escala local por meio dos espaços dos fóruns e audiências públicas e das articulações políticas e institucionais demandadas. Criar um Plano de Gestão Compartilhada da Paisagem Cultural a ser tutelada.

Eixo 3 – Proposta 6

Possibilitar a criação de um mecanismo de preservação Histórica da Oralidade dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (POTMAS), com a criação de banco de pesquisa com gravações e produção de material de preservação histórica dos mais antigos

Eixo 3 – Proposta 7

Dar voz e vez a todos os povos e etnias que foram calados e tiveram sua história omitida, não valorizada ou discriminada, por meio de registros, inventários e tombamentos históricos que mostrem a cultura local, preservando e mantendo a identidade, bem como a herança dos ancestrais. Resgatar as memórias passadas por meio de projetos, mostras de outras culturas, recuperando valores e herança cultural do nosso país.

Eixo 3 – Proposta 8

Valorizar as pessoas de notório saber como “fontes vivas” da história, bem como a história oral para o reconhecimento de comunidade preteridas da história oficial do Município, bem como garantir nos espaços oficiais de memória contribuição das comunidades “apagadas” da história oficial, além de garantir que se cumpra a EREER.

Eixo 3 – Proposta 9

Criar uma rede de cidades históricas para o desenvolvimento de programas integrados. Criar um Programa Estadual de incentivo à elaboração de Inventários de Patrimônio Cultural nos Municípios.

Eixo 3 – Proposta 10

Reconhecer, promover e salvaguardar o patrimônio histórico, cultural e artístico, bem como executar projetos para construção e qualificação da rede de equipamentos culturais públicos. Estimular a formação e o desenvolvimento dos Pontos e Pontões de Cultura, promovendo o reconhecimento e o apoio a esses espaços culturais.

EIXO 4: DIVERSIDADE CULTURAL E TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO, RAÇA E ACESSIBILIDADE NA POLÍTICA CULTURAL

► APRESENTAÇÃO DAS 10 PROPOSTAS ESTADUAIS

Eixo 4 – Proposta 1

Criar mecanismos de fomento, cotização e simplificação de editais, de modo a valorizar e assegurar a diversidade das expressões culturais (étnicas, comunidades tradicionais, de gênero, classe, entre outras) e artísticas, garantindo a livre expressão e resgatando a memória.

Eixo 4 – Proposta 2

Remodelar os espaços culturais, adequando-os às necessidades de acessibilidade e inclusão e proporcionando autonomia das pessoas motivadas pelas políticas culturais.

Eixo 4 – Proposta 3

Garantir maior investimento na formação e na capacitação dos fazedores de cultura e dos professores, com o objetivo de combater preconceitos culturais.

Eixo 4 – Proposta 4

Acentuar o debate sobre a garantia de políticas públicas culturais para todos, promovendo encontros que abordem temas de diversidade cultural e reconhecendo igualmente todas as manifestações culturais, por meio de fóruns de discussões e eventos. Ampliar os canais de participação popular, a fim de viabilizar o conhecimento das normas, leis e políticas culturais nos âmbitos municipal, estadual e nacional.

Eixo 4 – Proposta 5

Implementar um calendário de eventos culturais focados na diversidade, na circulação e no intercâmbio de atividades, oferecendo formação e qualificação para grupos minorizados.

Eixo 4 – Proposta 6

Implementar transparência ativa e passiva em informações culturais, descentralizando atividades, editais e projetos culturais, simplificando o acesso às políticas públicas e incentivando a participação de pequenos projetos e Municípios com menos de 20.000 habitantes.

Eixo 4 – Proposta 7

Mapear os grupos e especificidades, facilitar o acesso a inscrições para negros, indígenas, mulheres, LGBTQIA+, idosos, pessoas com deficiência, povos com tradição oral e imigrantes, realizando a busca ativa destes produtores e de entidades culturais nos territórios.

Eixo 4 – Proposta 8

Disponibilizar transporte público acessível para eventos culturais populares, bem como garantir acesso gratuito às atividades culturais, facilitando e ampliando a participação nesses eventos.

Eixo 4 – Proposta 9

Incentivar projetos que envolvam pais e professores na promoção da educação sobre diversidade nas escolas, viabilizando a criação de uma disciplina de Diversidade Cultural no currículo da Educação Básica.

Eixo 4 – Proposta 10

Disponibilizar uma rede integrada para os Conselhos Culturais, para que se fortaleçam e promovam a diversidade cultural. Criar pontos de cultura oficiais para o acolhimento de diversas expressões e manifestações culturais.

EIXO 5: ECONOMIA CRIATIVA, TRABALHO, RENDA E SUSTENTABILIDADE

► APRESENTAÇÃO DAS 10 PROPOSTAS ESTADUAIS

Eixo 5 – Proposta 1

Criar e implementar programas de capacitação empresariais específicos para profissionais da cultura, visando a fortalecer as habilidades de gestão e sustentabilidade de seus empreendimentos. Criar linhas de crédito específicas para empreendimentos culturais, facilitando o acesso a recursos financeiros e incentivando a sustentabilidade econômica dos setores culturais.

Eixo 5 – Proposta 2

Ampliar o investimento na qualificação dos agentes públicos por meio de cursos. Simplificar e desburocratizar o acesso aos recursos via editais. Ampliar o conceito de Economia Criativa, visando a um trabalho efetivo de mobilização cultural, que atinja realmente os artistas e fazedores de cultura. Ampliar o suporte do “RS Criativo” com os Municípios, no sentido de maior capacitação dos trabalhadores da cultura nas cidades.

Eixo 5 – Proposta 3

Descentralizar e promover atividades de forma visível e acessível à comunidade, com identificação de localidades com alto nível de circulação dentro dos Municípios e Estados. Ocupar espaços desocupados, em regime de colaboração, para atividades artísticas e formação cultural – ou incentivo a imobiliárias para ocupação desses espaços. Criar ecossistemas de produção cultural, dentro dos Estados e Municípios, para formação de uma cadeia produtiva para o campo da cultura, que existam de forma descentralizada das capitais.

Eixo 5 – Proposta 4

Ampliar o investimento público para o fortalecimento do empreendedorismo cultural e criativo, em especial a distribuição, a fim de contemplar todas as etapas da cadeia produtiva criativa. Criar e divulgar tabela de referência de mercado, para a remuneração de profissionais e serviços da arte e cultura.

Eixo 5 – Proposta 5

Criar programas para fortalecimento de espaços culturais e territórios criativos, contando com investimento de ações de fomento. Viabilizar a formação na área de empreendedorismo voltado para a economia criativa.

Eixo 5 – Proposta 6

Promover políticas culturais voltadas à economia criativa para pequenos territórios.

Eixo 5 – Proposta 7

Oportunizar editais levando em consideração a manifestação cultural de cada região, flexibilizando-os.

Eixo 5 – Proposta 8

Aquecer a economia criativa local, garantindo o acesso do agente cultural ao mercado nacional e assegurando o preparo técnico e tecnológico como diferenciais competitivos, impulsionando os canais de distribuição dos produtos. Reconhecer a importância da cultura para o desenvolvimento da economia do Brasil. Vincular a liberação de recursos federais/estaduais de fomento à cultura para as prefeituras com a existência de um circuito cultural contínuo que promova a contratação de artistas locais por meio de chamamento público democrático e transparente, e à formação de plateia.

Eixo 5 – Proposta 9

Promover a articulação do sistema de indicadores culturais, operacionalizando-o como instrumento para revisão e/ou criação de políticas públicas, pautando, de fato, a agenda do executivo estadual. Priorizar os fazedores de cultura do Estado, que tem como principal e/ou única renda seu trabalho com cultura, por meio de cláusulas nos editais e contratações que reconheçam e valorizam seu fazer, bem como criar circuitos que possibilitem a fruição e a movimentação da economia criativa.

Eixo 5 – Proposta 10

Fomentar os conceitos de Economia Criativa e Cidade Criativa, instruindo os agentes culturais locais, de forma a valorizá-los. Estimular e promover a formação, a profissionalização e o desenvolvimento de estudos e pesquisas no campo da cultura e de forma descentralizada.

EIXO 6: DIREITO ÀS ARTES E LINGUAGENS DIGITAIS

► APRESENTAÇÃO DAS 10 PROPOSTAS ESTADUAIS

Eixo 6 – Proposta 1

Fomentar a produção artística digital local por meio da criação de espaços dedicados à criação digital, para incentivar artistas na exploração das novas linguagens digitais.

Eixo 6 – Proposta 2

Criar um banco de dados dos produtores culturais locais, cadastros unificados a nível municipal, estadual e federal, de fácil acesso e consulta. Promover espaços de debates, seminários e capacitações para a classe artística e cultural, buscando a apropriação e o uso das tecnologias. Assegurar a aplicação da legislação existente, garantindo o protagonismo da cultura local nas atividades pedagógicas e no cotidiano escolar.

Eixo 6 – Proposta 3

Digitalizar e modernizar os processos do poder público para facilitar os editais, processos seletivos e outros, fazendo uso de plataformas digitais no mapeamento de territórios e na edição e comercialização de livros físicos junto com os digitais. Criar iniciativas promovam o incentivo à leitura e a constituição de novas bibliotecas, evitando sua extinção. Promover capacitações gratuitas para artistas e profissionais da cultura, tornando-os aptos a utilizar ferramentas digitais para criação.

Eixo 6 – Proposta 4

Manter programas de incentivo de forma continuada, garantindo que o fomento não seja apenas momentâneo, alavancado por uma ou outra lei de incentivo isoladas. Incentivar fóruns e abertura de espaço para fala de artistas que fazem uso de tecnologias para suas criações, introduzindo assim as linguagens digitais e criando uma proximidade maior com a juventude, em um espaço onde ela própria assume o protagonismo.

Eixo 6 – Proposta 5

Criar plataformas públicas, municipais, estaduais e nacionais para veiculação de obras autorais do setor audiovisual. Disponibilizar recursos para garantir a autoria e o acesso a obras artísticas, bem

como respeitar e garantir também o direito autoral sobre obras dos mais variados segmentos culturais.

Eixo 6 – Proposta 6

Garantir acesso a diferentes linguagens culturais, estabelecendo relações estratégicas entre as políticas públicas, inovação, educação, comunicação social, meio ambiente, turismo, ciência e tecnologia, esporte, lazer, saúde e segurança pública, de forma a valorizar o contexto contemporâneo da cultura. Promover acesso às novas tecnologias inseridas no fazer cultural, incentivando a economia criativa e promovendo geração de renda e qualidade de vida.

Eixo 6 – Proposta 7

Garantir acesso à cultura digital, expandindo o acesso à *internet*, promovendo a inclusão digital para todos os cidadãos. Fomentar a criação e/ou readequação de espaços culturais às novas ferramentas digitais de produção, inclusão e fruição cultural, a fim de garantir a democratização do acesso a acervos/projetos culturais digitais. Desenvolver programas de financiamento e bolsas de pesquisa para artistas e criadores de diversas disciplinas, incluindo as artes tradicionais e as linguagens digitais. Incentivar a produção de obras de arte que explorem as possibilidades das novas tecnologias e mídias digitais.

Eixo 6 – Proposta 8

Criar um programa de *streaming* vinculado à plataforma pública digital para a disseminação de informações, produtos, produtores e eventos culturais. Desenvolver uma plataforma pública digital onde serão criados grupos e comunidades com interesses culturais em comum a nível nacional, estadual e municipal, bem como com a participação de pessoas com alguma necessidade específica.

Eixo 6 – Proposta 9

Promover a fruição e a mediação das linguagens digitais em diversos espaços, institucionais ou não, para que assim o acesso às linguagens artísticas e digitais seja difundido e venha a fortalecer a cultura e a diversidade, oportunizando igualdade social e cultural e possibilitando a criação de ambientes imersivos de aprendizagem em uma perspectiva inovadora de ensino.

Eixo 6 – Proposta 10

Garantir o acesso às linguagens artísticas e digitais no fortalecimento da democracia, na contemporaneidade, incluindo também o debate sobre o papel do Estado brasileiro e seus entes federados na construção de políticas públicas para o desenvolvimento das redes produtivas dos setores das artes no Brasil.